

Protocolos

10. Protocolo Associação Farmácias Portugal - Braga + Saúde.

Submete-se, à apreciação do Executivo Municipal, o protocolo de cooperação a celebrar entre o Município de Braga, a Associação Dignitude – Instituição Particular de Solidariedade Social e a Associação de Farmácias de Portugal, com o intuito de promover o acesso das farmácias representadas pela Associação de Farmácias de Portugal ao Programa Braga + Saúde, nos termos da alínea u) e v) do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, tudo de acordo com os documentos que fazem parte do processo.

ANEXO I**MINUTA PROTOCOLO****Entre:**

Município de Braga, pessoa coletiva nº 506901173, com sede na Praça do Município, em Braga, neste ato representada pelo Dr. Ricardo Rio, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, adiante designado por **Município** ou Primeiro Outorgante;

a

Associação de Farmácias de Portugal

1

a

Associação Dignitude

Considerando que:

- A) É intuito e objetivo do Município de Braga garantir o acesso ao medicamento por parte dos seus beneficiários;
- B) A Associação de Farmácias de Portugal (AFP) tem como missão própria, nomeadamente, a promoção ou apoio de iniciativas donde resultem benefícios para o sector da farmácia comunitária, para a profissão farmacêutica e para a saúde pública, incluindo projetos que contribuam para a melhoria do acesso, segurança e qualidade na dispensa de medicamentos, e representa cerca de 170 farmácias, distribuídas por todo o país;
- C) A Dignitude, instituição particular de solidariedade social, que tem por missão o desenvolvimento de programas solidários de grande impacto social, que promovam a qualidade de vida e bem-estar dos portugueses, é detentora da Plataforma Dignitude, plataforma eletrónica de validação on-line de beneficiários, salvaguardando a proteção e segurança dos dados pessoais e clínicos, ferramenta esta que possibilita também a gestão de diversas medidas de comparticipação de medicamentos.

É celebrado o presente PROTOCOLO que se rege pelas cláusulas seguintes,

Cláusula 1.ª**(Enquadramento da Comparticipação)**

A operacionalização da Medida de Comparticipação nas Despesas com Medicamentos aos beneficiários do Município de Braga, implica a adoção de regras e procedimentos por parte das três Outorgantes, por forma a permitir que, quando um beneficiário da medida se dirija a uma farmácia, lhe seja aplicada de imediato a comparticipação relativa e assegurada pelo Programa Braga + Saúde, e que o respetivo registo seja efetuado e processado para que a farmácia seja posteriormente reembolsada em conformidade.

Cláusula 2.ª**(Conceito de beneficiário)**

1. Para efeitos do presente Protocolo, considera-se beneficiário da medida a pessoa singular que seja legítima portadora do Cartão Braga + Saúde, pessoal e intransmissível emitido pelo Município de Braga.

Cláusula 3.ª**(Âmbito material)**

1. As especialidades farmacêuticas abrangidas pelo presente Protocolo são as registadas junto da Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I.P (INFARMED) e comparticipadas pelo SNS, conforme a legislação em vigor, nomeadamente no âmbito do Decreto-Lei n.º 97/2015, de 1 de junho, na sua redação atual, assim como, os dispositivos médicos para Diabetes *Mellitus*, incluídos no regime de comparticipação, previsto da Portaria n.º 35/2016, de 1 de março, na sua redação atual.
2. É conferido aos beneficiários do cartão Braga + Saúde, o direito a um apoio adicional ao atribuído pelo SNS, no máximo de 100% do PVP (Preço de Venda ao Público) dos medicamentos prescritos, ou 100% do PVP5, quando aplicável.

Cláusula 4.ª**(Comparticipação pelo Município de Braga)**

1. O Município de Braga comparticipa, em regime de complementaridade, a totalidade da parte que cabe ao utente na aquisição de especialidades farmacêuticas e dispositivos médicos para Diabetes *Mellitus*, sujeitos a receita médica e comparticipados pelo Serviço Nacional de Saúde.

2. Os portadores de receitas médicas nas condições previstas anteriormente, têm direito aos medicamentos com o mesmo CNPEM, sem encargos, desde que optem pelo medicamento com PVP igual ou inferior ao 5º preço mais baixo (PVP5). Quando prescritos medicamentos sem Grupo Homogéneo, os beneficiários não suportarão qualquer encargo.
3. A comparticipação é aplicada de forma imediata pelas farmácias do concelho de Braga, pelo que o beneficiário suportará, no momento da aquisição do medicamento, apenas a parte que lhe cabe suportar, descontados os valores comparticipados pelo SNS e pelo Município de Braga.
4. O Município de Braga assegura o reembolso à farmácia, através da AFP, em conformidade com os procedimentos estabelecidos no presente Protocolo.

Cláusula 5.ª

(Faturação e pagamento)

1. Para efeitos de reembolso das comparticipações efetuadas, as farmácias enviam à AFP, até ao dia 10 de cada mês, a fatura mensal no valor correspondente.
2. A AFP disponibiliza ao Município de Braga, até ao dia 20 de cada mês, a faturação emitida por cada farmácia, acompanhada de uma relação resumo-global das faturas.
3. O Município de Braga efetua o pagamento à AFP dos valores constantes da relação das faturas, até ao dia 10 do mês subsequente ao da sua receção.
4. O pagamento previsto no número anterior, é efetuado por transferência bancária à AFP com o IBAN PT50.0018.000323748460020 6.
5. No caso de incumprimento do prazo de pagamento previsto no n.º 3, serão debitados juros de mora à taxa legal em vigor.
6. A AFP assegura o pagamento às farmácias das respetivas faturas mensais.

Cláusula 6.ª

(Validação dos beneficiários e comparticipações)

1. A Dignitude disponibilizará a sua plataforma eletrónica para gestão dos beneficiários e comparticipações efetuadas, cabendo-lhe, designadamente, a validação *on-line* da qualidade de beneficiário do Cartão Braga + Saúde e do receituário apresentado para dispensa de medicamentos e respetiva comparticipação, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos anteriores do presente Protocolo.

2. Em caso de dúvida sobre a regularidade da aplicação de qualquer comparticipação, a Dignitude deverá diligenciar junto da AFP ou da farmácia em causa, por forma a esclarecer o Município de Braga em conformidade.
3. O Município de Braga e a Dignitude declaram e reconhecem, para todos os devidos efeitos, que a disponibilização da plataforma eletrónica para gestão dos beneficiários, e bem assim todas as operações logísticas relacionadas com a sua utilização, nomeadamente de validação *on-line* dos beneficiários, e de análise e validação do receituário e respetiva comparticipação, previstas nos anteriores números 1 e 2 desta cláusula, são asseguradas e realizadas pela Dignitude a título gratuito, isto é, sem que seja devida pelo Município qualquer contrapartida financeira ou de qualquer outra natureza.

Cláusula 7.ª

(Dados pessoais)

1. Em virtude do presente Protocolo, os Outorgantes poderão disponibilizar entre si informações, documentos ou ficheiros em formato eletrónico contendo dados pessoais, na estrita medida em que tal se mostre necessário à execução do mesmo. Nessa medida, sempre que algum/a dos/as Outorgantes, no âmbito da execução do presente Protocolo, tenha acesso a dados pessoais pelos quais outro Outorgante é “responsável pelo tratamento” ou “subcontratante” (nesta cláusula referida por “Parte responsável ou subcontratante”), nas definições previstas no Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (adiante RGPD), cada Outorgante relativamente a todas as operações de tratamento de dados pessoais que tenha de realizar em nome e/ou por conta da “Parte responsável ou subcontratante”, obriga-se a cumprir o disposto no RGPD e na demais legislação e regulamentação aplicável, incluindo, designadamente:
 - a) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a “Parte responsável ou subcontratante” esteja vinculada, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;
 - b) Manter os dados pessoais objeto de tratamento estritamente confidenciais, garantindo que as pessoas autorizadas a tratar dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;
 - c) Prestar à “Parte responsável ou subcontratante” a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do presente Acordo e manter a “Parte responsável ou subcontratante” informada em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que, de algum

modo, possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;

- d) Prestar assistência à “Parte responsável ou subcontratante”, tendo em conta a natureza do tratamento e a informação ao seu dispor, no sentido de assegurar as obrigações referentes à notificação de violações de dados pessoais, designadamente através da comunicação à “Parte responsável ou subcontratante”, sem demora injustificada após ter conhecimento de qualquer violação de dados pessoais que ocorra com incidência nos dados pessoais, prestando ainda total colaboração à “Parte responsável ou subcontratante” na adoção de medidas de resposta ao incidente, na investigação do mesmo e na elaboração das notificações que se mostrem necessárias nos termos da lei;
 - e) Aplicar, tendo em conta a natureza do tratamento e, na medida do possível, as medidas técnicas e organizativas adequadas para assegurar um nível de segurança adequado ao risco;
 - f) Não comunicar dados pessoais a terceiros e/ou prestadores de serviços não autorizados ou não indicados pela “Parte responsável ou subcontratante”;
 - g) Consoante a escolha da “Parte responsável ou subcontratante”, apagar ou devolver os dados pessoais na cessação dos serviços acordados, apagando quaisquer cópias existentes, exceto se a conservação dos dados for exigida por lei;
 - h) Disponibilizar à “Parte responsável ou subcontratante” todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações decorrentes da lei e da presente cláusula;
 - i) Permitir e contribuir para as auditorias levadas a cabo pela “Parte responsável ou subcontratante” ou por um terceiro por aquela mandatado;
 - j) Manter registos das atividades de tratamento de dados realizadas em nome da “Parte responsável ou subcontratante” ao abrigo desta cláusula, segundo os requisitos previstos na lei;
 - k) Se e quando aplicável, informar a Parte responsável ou subcontratante da nomeação de um Encarregado da Proteção de Dados;
 - l) Cumprir todas as regras legais no que respeita ao registo, transmissão ou qualquer outra operação de tratamento de dados pessoais previstas no RGPD e na demais legislação europeia e nacional que, entretanto, vier a regulamentar esta matéria.
2. Caberá à “Parte responsável ou subcontratante” cumprir com o princípio da transparência e informar os titulares dos dados sobre o tratamento de dados pessoais realizado ao abrigo desta cláusula.

Cláusula 8.ª

(Vigência e revisão)

O presente Protocolo produz efeitos a partir da data aposta da sua assinatura, e vigora pelo prazo de 3 (três) anos, considerando-se automaticamente prorrogado por iguais períodos se, com a antecedência mínima de 3 (três) meses em relação ao seu termo de vigência, nenhuma das Partes o denunciar por escrito.

Cláusula 9.ª

(Lei aplicável e Foro)

1. O presente Protocolo é regulado pela lei portuguesa.
2. Para qualquer questão ou litígio emergente do presente Protocolo será competente o foro da Comarca de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

O presente Protocolo é feito em triplicado e assinado pelo/as Outorgantes.

Braga, _____.

ANEXO

CAPÍTULO I

OBJECTO E ÂMBITO

Artigo 1º

(Objeto)

O presente Anexo estabelece as regras de referência e reconhecimento dos beneficiários do Programa Braga + Saúde, o âmbito material e a forma de atribuição dos benefícios facultados aos agregados familiares beneficiários.

CAPÍTULO II

DOS BENEFICIÁRIOS

Artigo 2º

(Conceito de beneficiário)

1. Para efeitos deste Anexo, consideram-se beneficiários todos os elementos que constituem o agregado familiar, identificados pelo Município de Braga (entidade referenciadora), que cumpram a condição de recursos estipulada.
2. Indivíduos institucionalizados não são considerados elegíveis para a condição de beneficiário.

Artigo 3º

(Condição de recursos)

É condição de recursos do agregado familiar para atribuição da comparticipação do Programa Braga + Saúde:

Todos os agregados familiares cuja capitação seja inferior a 50% do Indexante dos Apoios Sociais (IAS), mais concretamente 240,22€ (IAS 2023 = 480,43€).

O Cálculo do Rendimento Familiar per capita para efeitos de apoio no âmbito do Programa Braga + Saúde deve obedecer à seguinte fórmula:

$$RPC = R - D / N$$

Sendo:

RPC = Rendimento “per capita”;

R = Rendimento global do agregado familiar;

D = Despesas fixas do agregado;

N = Nº de Elementos do agregado familiar.

1. **Agregado familiar** - são consideradas elementos do agregado familiar, as pessoas que vivam em economia comum e que tenham entre si os seguintes laços:
 - a) Cônjuge ou pessoa com quem viva em união de facto há mais de dois anos;
 - b) Parentes e afins maiores em linha reta e em linha colateral, até ao 3º grau;
 - c) Parentes e afins menores em linha reta e linha colateral;
 - d) Adotados restritamente e os menores confiados administrativamente ou judicialmente a algum dos elementos do agregado familiar.
 - e) Beneficiários institucionalizados não são elegíveis para o programa.
2. **Rendimento Global do agregado familiar** - são consideradas as seguintes categorias de rendimentos:
 - a) Rendimentos do trabalho dependente e independente;
 - b) Rendimentos de capitais e prediais;
 - c) Pensões, incluindo as pensões de alimentos;
 - d) Prestações sociais (todas exceto as prestações por encargos familiares, por deficiência e por dependência);
 - e) Subsídios de renda de casa ou outros apoios públicos à habitação, com carácter regular.
3. **Despesas fixas do agregado familiar** – O somatório do valor das despesas fixas mensais do agregado familiar **não pode ultrapassar o teto máximo de 35% do valor do rendimento mensal** do agregado familiar. Para efeitos de cálculo, são consideradas as despesas mensais com carácter permanente e indispensável para o agregado, nomeadamente:
 - a. Despesas fixas com **habitação**, devidamente comprovados com habitação permanente, (renda ou crédito habitação);
 - b. Despesas de **água, eletricidade e gás** (definidas conforme Tabela Anexo);

Tipo de despesas	Valor de referência máxima	N.º pessoas agregado familiar	% de afetação
Água	€10,00	1.º	100 %
		2.º	75 %
		3.º ou mais	50 %
Luz	€25,00	1.º	100 %
		2.º	75 %

		3.º ou mais	50 %
		1.º	100 %
		2.º	75 %
Gás	€20,00	3.º ou mais	50 %

*Os valores de referência máxima são cumulativos, em relação à percentagem de afetação e em conformidade com o número de elementos presente.

Artigo 4º

(Identificação do beneficiário)

Os beneficiários integrados no Programa Braga + Saúde serão portadores de um cartão identificativo e personalizado.

Artigo 5º

(Plataforma Dignitude)

1. A Plataforma Dignitude, plataforma informática desenvolvida pela Associação Dignitude, permite a autonomia e empoderamento das entidades referenciadoras, sendo promotora da transparência e fluidez do Programa Braga + Saúde;
2. O Município terá acesso à respetiva Área Privada da Plataforma Dignitude, com acesso autónomo à gestão dos seus beneficiários.

Artigo 6º

(Registo do beneficiário na Plataforma Dignitude)

1. Os beneficiários serão registados na Plataforma Dignitude, sendo a qualidade de beneficiário validada exclusivamente por meios eletrónicos, através do cartão Braga + Saúde;
2. Os dados que serão transmitidos à Associação Dignitude, via Plataforma serão:
 - a) Nome completo;
 - b) Ano de nascimento;
 - c) Género;
 - d) Morada (freguesia, concelho, distrito);
 - e) NIF;
3. O número de beneficiário será o Número de Identificação Fiscal deste, e visível ao Município de Braga na sua Área Reservada na Plataforma Dignitude.
4. O Município de Braga é responsável pela inserção dos beneficiários na Plataforma Dignitude.
5. Após inserção na Plataforma Dignitude, os beneficiários serão ativados no Programa Braga + Saúde no período máximo de 30 dias.
6. O Município de Braga é responsável pela inativação do beneficiário sempre que se comprove alteração da Condição de recursos, óbito ou outro motivo justificado.

7. O Município de Braga efetuará uma reavaliação, com periodicidade mínima anual, da qualidade de beneficiário dos membros do agregado familiar registado na Plataforma Dignitude.
8. Na execução do Protocolo e deste seu Anexo, a **Associação Dignitude** e o **Município de Braga** obrigam-se a cumprir e a observar estritamente a lei aplicável à proteção e tratamento de dados pessoais.

Artigo 7º

(Consentimento Informado)

1. O Município compromete-se a recolher, até ao momento da entrega do cartão Braga + Saúde, o formulário de autorização de cedência de dados pessoais - Formulário de Consentimento Informado - devidamente assinado por todos os elementos do agregado familiar, carregando posteriormente o documento na Plataforma.
2. Entre ambas as entidades, será assinado um acordo de confidencialidade, no sentido de garantir o cumprimento integral do RGPD (Regulamento Geral de Proteção de Dados).

CAPÍTULO III

DOS BENEFÍCIOS

Artigo 8º

(Âmbito material)

1. Os benefícios concedidos ao abrigo do Programa Braga + Saúde abrangem exclusivamente os medicamentos prescritos em receita médica e comparticipados pelo SNS.
2. É conferido ao beneficiário o direito a um apoio adicional ao atribuído pelo SNS, no máximo de 100% do PVP dos medicamentos prescritos, ou 100% do PVP5, quando aplicável.

Artigo 9º

(Livre escolha da farmácia)

Os beneficiários têm direito de escolher livremente a farmácia onde pretendem adquirir os medicamentos abrangidos pela comparticipação do Programa Braga + Saúde, desde que com morada fiscal no concelho de Braga.

Artigo 10º

(Condições de dispensa)

A comparticipação pelo Programa Braga + Saúde apenas será efetuada quando estejam reunidas as condições seguintes:

- a) Receituário emitido em nome do beneficiário devidamente validado pelo prescriptor;

- b) Receituário válido para efeitos da comparticipação pelo SNS;
- c) Apresentação do cartão Braga + Saúde.

Artigo 11º

(Validação de beneficiário)

No ato da dispensa, a farmácia deve verificar se o nome inscrito na receita coincide com o do cartão do beneficiário.

Artigo 12º

(Comparticipação do Programa Braga + Saúde)

1. Os portadores de receitas médicas nas condições previstas no presente Anexo têm direito aos medicamentos com o mesmo CNPEM, sem encargos, desde que optem pelo medicamento com PVP igual ou inferior ao 5º preço mais baixo (PVP5).
2. Quando prescritos medicamentos sem Grupo Homogéneo, os beneficiários não suportarão qualquer encargo.